



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Reginete Bispo)

Requer a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão sobre o “Olha pra Elas” sobre as mulheres no sistema prisional e dá outras providências.

Senhora Presidenta,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão em relação ao PL 5231/2020 que trata da abordagem dos agentes de segurança públicos e privados, sendo que o mesmo está sob nossa relatoria nesta comissão.

Com a presença dos seguintes convidados: Representante Ministério dos Direitos Humanos, Representante do Ministério da Igualdade Racial, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sra. Tatiana Sager- diretora do documentário, Sr. Renato Dornelles- roteirista, Representação da Coalizão Negra por Direitos e a sra. Daiana Maturano Dias Marti- Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais/ PUC RS e autora do Livro “Despachos X Escrachos”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O pedido de audiência pública se dá pela necessidade de considerar os dados apresentados relativos à população carcerária feminina e a problematização do fato social em diálogo com a produção do documentário “Olha pra elas”, da diretora gaúcha Tatiana Sager com roteiro do jornalista Renato Dornelles.

A realidade gaúcha, está circunscrita a um universo de 43 mil pessoas privadas de liberdade no Rio Grande do Sul, cerca de 2,4 mil são mulheres. Dessa parcela, cabe a reflexão sobre o perfil da mulher encarcerada. Neste sentido, apresentamos que a maioria é mãe e não possui Ensino Médio completo. Ou seja, estamos diante de um cruzamento de gênero e classe nítidos. O sistema prisional gaúcho conta com sete estabelecimentos prisionais femininos, localizados em Porto Alegre, Lajeado, Torres, Guaíba, Rio Pardo e Bagé. Além disso, existem 50 unidades mistas, que alojam mulheres em celas, alas ou galerias distintas das destinadas aos custodiados do sexo masculino, conforme previsão legal.

Segundo pesquisas, é fruto da problematização do documentário “Apesar de serem a minoria no sistema, 5,7% do total de pessoas recolhidas no Estado, é fundamental que elas tenham políticas específicas, considerando as suas particularidades e o impacto social de sua privação de liberdade. Além de possuírem necessidades de saúde específicas, é necessário considerar que quase 80% das mulheres no sistema são mães e a maioria delas constituem o esteio familiar”, afirma Lilian Ramos- analista de projetos e políticas públicas da Asstec.

Neste sentido, aproveitamos a oportunidade de escuta dos autores e roteiristas da obra para o amplo debate na Câmara dos Deputados Para que possamos pensar alternativas diante da questão social apresentada.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2023.

Deputada Reginete Bispo

PT/RS

Apresentação: 20/09/2023 09:57:27.053 - CDHMI/R

REQ n.181/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232041354700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginete Bispo

